

# A superexploração da força de trabalho no Brasil: contribuições para a administração política no entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro

**Henrique Almeida de Queiroz**

## INTRODUÇÃO

A crise mundial do capital eclodida em 2008 atingiu de forma particular e desigual os países do globo. Através de diferentes histórias de formação social, econômica, política pelo mundo geram traços e características particulares nas dificuldades de realização do capital, de onde surgem as possíveis soluções para retomada de seus processos de acumulação. Em conjunto, o atual estado de



avanço e domínio mundial da produção e reprodução do metabolismo capitalista fez com que, iniciada a crise, ela não ficasse circunscrita aos países capitalistas centrais e chegasse aos países da periferia de modos diversos, sendo que a classe trabalhadora é quem deve sentir seus efeitos mais perversos.

Diante de uma crise global e nacional, nas quais são levantadas as possibilidades de sua superação e o retorno das taxas de lucratividade do capital, o Brasil se encontra com uma série de questões políticas, sociais e econômicas que englobam também os processos da sua formação capitalista e sua relação histórica com o Estado. Dentre os enormes dilemas e questões que surgem, o texto objetiva mostrar que algumas das respostas estruturantes da economia que estão sendo gestadas durante o processo de crise nacional e internacional se constitui na suspensão ou eliminação das políticas de financiamento do Estado e um ataque mais intensivo aos direitos dos trabalhadores que, considerando a história nacional, tem a semelhança das decisões de seu atraso e carrega consigo as particularidades da burguesia brasileira e de sua classe trabalhadora. Desta forma é importante afirmar que o modo com que vem sendo encontrado para a resolução dos problemas de ordem econômica acontece, com maior ou menor intensidade, *sem negar a estrutura da anatomia política e econômica herdada de seus processos históricos*, que determinam a legalidade da via de industrialização e da formação de classes no capitalismo brasileiro.

Oriunda do processo da Via Colonial (Chasin, 1978), a formação do capitalismo brasileiro foi marcada pela exclusão da participação das massas nos processos decisivos da modernização capitalista. Primada por uma formação econômica e social voltada desde seu início para o comércio externo (Prado Jr., 2011), o país passou pelos seus processos de colonização, independência e industrialização hipertardia, conferindo entalhes particulares em sua formação capitalista que manteriam a convivência do velho na emergência do novo. De um processo que viga suas bases na condição de colônia, a história da formação industrial nacional sofreria enormes reveses de interesses antagônicos, partindo principalmente dos setores agrários e comerciais, orientados para o lucro do comércio externo, desde suas primeiras manifestações após a Independência (Luz, 1978).

Dentre as inúmeras mazelas que envolvem a classe trabalhadora no metabolismo capitalista brasileiro, é possível afirmar elas possuem sua principal raiz econômica no fundamento da superexploração da força de trabalho. Com melhor dizer, as "Bases multitudinárias que sofrem a tragédia econômica e social da reprodução da miséria brasileira, diretamente sob a forma de superexploração do trabalho, ou seja, de arrocho salarial" (Chasin, 1986, p. 3), ou seja, a forma de organização capitalista no Brasil tem suas raízes na despreocupação com as condições de reprodução da classe trabalhadora e com o desenvolvimento de um forte mercado interno consumidor. Objeto de exploração



intensificada pelos mecanismos do atrelamento de interesses externos e subordinação econômica, o assalariamento e a capacidade de consumo da classe trabalhadora do Brasil se viu historicamente comprimida pelos desejos de lucros tanto das burguesias nacionais quanto dos investidores internacionais, quando iniciados os importantes processos na tentativa de autonomia do desenvolvimento tecnológico e técnico industrial, iniciados em 1930. Deficientemente espreada pelo território, a atrofia do sistema industrial possui caracteres históricos perversos no tratamento da questão da remuneração da força de trabalho no Brasil, que se apresenta de forma cada vez mais objetiva à medida que se desenvolve um mercado formal de trabalho, impulsionado pela industrialização.

A marginalização e exploração acentuada de grandes contingentes populacionais dessa sociedade industrializada na subordinação é a marca mais perceptível da incapacidade e desinteresse de nossa burguesia em cumprir o papel histórico de um desenvolvimento econômico nacional autônomo, objetivando um forte mercado interno consumidor, com maior robustez para a manutenção da realização e acumulação de capitais dentro do mercado nacional sem a dependência e envolvimento dos países dominantes. A superexploração da força de trabalho se configura numa solução particular encontrada no Brasil pela burguesia brasileira para fazer frente às necessidades de manutenção de altas

taxas de lucro internas enquanto, ao mesmo tempo, tem suas riquezas drenadas pelo mecanismo das trocas desiguais dos países centrais. A resposta desta particularidade se encontra na história da relação dessa burguesia com a classe de trabalhadores que aqui se formou, no transpasso das décadas referentes ao processo de industrialização nacional que não foi semelhante à história dos países centrais do capitalismo e, portanto, não diretamente comparáveis sem as mediações necessárias. Entender este processo particular brasileiro é central para conseguir detectar as principais determinações que envolvem a anatomia da nossa sociedade civil, de um capitalismo atrofiado pelo território nacional e no qual sua sustentação está, em maior ou menor medida, na superexploração da força de trabalho. Isso se mostra como um alargamento às contribuições para a compreensão de um dos diversos elementos do capitalismo brasileiro, ou seja, a estrutural e histórica deficiência de um mercado interno robusto, apoiado por indústrias nacionais e o consumo popular no desenvolvimento da forma capitalista nacional autonomizada frente aos interesses econômicos externos.

A Administração Política tem sido um campo em franco desenvolvimento no qual se propõe entender e indicar resoluções para problemas de ordem social, política e econômica, dentro das relações de produção, distribuição, troca e consumo, ampliando sensivelmente as possibilidades de contribuições teóricas para o entendimento das questões que envolvem o capitalismo brasileiro. Nesse sentido,



a superexploração da força de trabalho é um tema que a Administração Política ainda pode e deve se aprofundar, visto que são poucas as incursões no ramo da Administração que busquem delimitar a anatomia da sociedade civil brasileira através de sua própria história e não por comparações entre países ou uso indiscriminado de teorias exógenas, auxiliando a compreensão dos elementos que constituem o complexo das relações sociais de produção no Brasil. Dentro deste complexo, a superexploração da força de trabalho se destaca como categoria particular de um país com industrialização atrofiada. Portanto, este trabalho apresenta, além desta introdução, mais três seções que se dividem sobre a delimitação da Via Colonial, a tematização da superexploração do trabalho no Brasil sob a Teoria Marxista de Dependência de Ruy Mauro Marini e, por último, as conclusões eivadas do processo de análise em questão, em conjunto com rápidas considerações sobre a crise internacional e nacional em andamento, com a proposta de trazer contributos do pensamento marxista no desenvolvimento das pesquisas da área da Administração Política.

## A VIA COLONIAL DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO

A posição colonial do Brasil é um dos principais fatores que fundamentam a lógica da exploração econômica na nossa formação nacional industrializada hipertardamente. Formada por interesses orientados para o comércio externo,



raros foram os momentos nos quais os setores econômicos dominantes do cenário nacional tiveram algum interesse pela formação de um mercado interno robusto e buscaram a soberania econômica em relação aos interesses das economias centrais.

O processo de objetivação do capitalismo brasileiro pela Via Colonial proposta por Chasin (1978)<sup>1</sup>, de talhe ontológico, tem sua maneira própria de ser, uma legalidade interna particular, imanente, que nos permite divisar as diferenças específicas do caso concreto da industrialização nacional e quais serão as consequências para a classe do capital e do trabalho.

No caso em pauta, o que buscamos entender é a totalidade do comportamento social brasileiro naquilo que houve de mais determinante nos processos de distribuição dos meios de produção e das forças econômicas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a direção pela qual o capitalismo brasileiro que, subordinado aos interesses dos países centrais, compôs sua formação

---

<sup>1</sup> O contexto de produção da tese de Chasin se vê com o embate na crítica da escola de sociologia da USP. "Trata-se das teorias da *marginalidade*, do *autoritarismo*, da *dependência* e do *populismo* – produzidas quase ao mesmo tempo na tentativa de criticar a história do pré-64 e, concomitantemente, apresentar uma alternativa política e social para o país. Contudo, quase sempre camuflaram a compreensão das várias facetas que compõem a realidade brasileira, contribuindo para a não configuração de um novo quadro econômico e social." Para uma contextualização de sua produção e seus embates teóricos ver: Assunção, V. N. F. & Sartório, L. A. V. (2008). A crítica chasiniana à analítica paulista. *Verinotio*, V(9), 135-153.

excludente na distribuição da riqueza socialmente produzida. Em outros termos, buscaremos trazer alguns elementos que compõem as ações recíprocas entre os interesses dos setores econômicos dominantes e o uso do Estado para sua consecução, que determinaram a particularidade e especificidade com relação à classe do trabalho principalmente na questão da remuneração, capacidade de consumo e da importância do mercado interno para a expansão autônoma do sistema social capitalista. Assim, traremos aqui os elementos que cumpriram o papel de constituir os complexos do comportamento social brasileiro a partir de determinados setores dominantes da economia:

Pelo contrário, trata-se efetivamente de determinar seus níveis e conexões, níveis e conexões de sua própria interioridade, de modo, que se refigure intelectualmente a sua própria ordem imanente. [...] As relações infra-superestruturais aparecem, então, não como uma proposta formalista, como uma simples construtura, mas sim justificadas pela própria natureza do ser, de modo que a fundamentabilidade então conferida a determinante econômica não é a arbitrária conferência de privilégio a um fator (parte), mas a identificação do decisivo caráter determinante de uma "anatomia" (Chasin, 1978, p. 65-66).

O início claudicante da industrialização brasileira ocorre num processo histórico do domínio do imperialismo britânico, no qual os setores dominantes da sociedade do período colonial continuaram a manter as concentrações de propriedades nas



esferas mais lucrativas da produção nacional e na disputa por interesses dentro do Estado. A estes fatores se adicionam os interesses internacionais, desde o liberalismo econômico dos setores comerciais financeiros da época pré-30 até a paulatina ordenação e orientação do processo de modernização industrial nacional, associando seus interesses aos da burguesia brasileira composta por interesses agrários, comerciais e industriais em conluio com o principal centro de acumulação, do imperialismo norte-americano. O país é marcado por uma história onde o novo não rompe com historicamente atrasado, um processo dissolutivo incompleto, que perpassa as contradições internas que mantemos mesmo na constituição de nossas indústrias.

O que Marx (2013) definira como via clássica de surgimento do capitalismo na Inglaterra, desvelando as categorias de funcionamento do sistema das relações sociais de produção fora levado a novas aplicações para a compreensão das formas de ir e ser do capital que não negam os procedimentos teóricos e as conclusões do sistema erigido por Marx. Desta forma, a Via Colonial é aquela que, ao defender como outros autores a importância do componente da Colônia como fundamento e ponto de partida da nossa história, compreende como central as diferenças das legalidades internas dos Estados-nação coloniais subordinados ao imperialismo, que constituem o complexo do sistema do capital no mundo, abordando pelo método das *diferenças específicas do processo histórico as*



*particularidades que compõe o caso nacional.* Sendo o capítulo XXIV de *O Capital* (2013) que demarca a constituição histórica do capitalismo inglês, outras formas de objetivação do capital surgiram, e o caso da via prussiana do capitalismo alemão denota algumas particularidades que permitem identificar o caso brasileiro, mas que não delimitam as diferenças específicas do nosso processo. O caso da via prussiana, ou das formas não-clássicas de objetivação do capitalismo, apresentada por Marx (2012), aludida por Lênin (1963) e analisada em sua formação histórica e consequências reais por Lukács (1959), nos permite identificar semelhanças e divisar as diferenças específicas em nosso caso de constituição industrial. Além da especificidade do tempo histórico do atraso do desenvolvimento industrial brasileiro, este, por si só, não pode ser a causa única dos atrasos e problemas que a nação irá percorrer para se industrializar e urbanizar. A esses processos, o Brasil se desassemelha não por ter como base o imperialismo e o capital monopolista, mas por sofrer profundas influências deles na composição de seu capital nacional, não deixando de ser um país subordinado na ordem da produção capitalista. Além dos reveses internos, o país iria enfrentar condições sob as quais se deu o início das grandes expansões multinacionais, e elas são significativas na formação da reprodução do capital no Brasil. As bases investigativas e expositivas de José Chasin se assentam na particularidade do caso brasileiro pela forma histórica de sua composição social (s/d, p. 8):



Diga-se, então, sem mais que o problema fundamentalmente de colher, à maneira dialética, a entificação do capitalismo no Brasil *diz respeito à questão dos particulares, ou, realçando a dimensão ontológica*, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, *mas que realizam através de objetivações específicas*.

Significa dizer que a forma histórica em que se deu na Alemanha, apesar de seus traços comuns divididos, não é a mesma totalidade histórica sob a qual o nosso país irá adentrar no modo de produção capitalista. Nas palavras de Marx (*apud* Chasin, 1978, p. 29) “Assim, pois, eventos notavelmente análogos que, porém, ocorrem em meios históricos diferentes conduzem a resultados totalmente distintos. Estudando em separado cada uma destas formas de evolução e comparando-as depois, pode-se encontrar facilmente a chave deste fenômeno, nunca porem se chegará a isto mediante o passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica”. Conclui-se, portanto, que “o decisivo não é tanto o que um nome possa designar, ‘mas como o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social’” (Chasin, 1978, p. 627), ou seja, é dada a importância de se acompanhar o desenvolvimento histórico particular do Brasil para se compreender seus relacionamentos sociais atuais.



Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, *sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas* (Chasin, 1978, p. 627, grifos do autor).

O problema das conclusões advindas apenas na sustentação da comparação pelas condições de semelhança é que, segundo o próprio Chasin, tal equiparação, “equivalaria a igualizar a realidade de um país economicamente subordinado, predominantemente agrário-exportador, com a de países altamente industrializados, dentro de particularidades históricas específicas, como polo dinâmico do grande capital” (1978, p. 37-38). Assim, a via prussiana conforma realidades particulares na história da Alemanha, um desenvolvimento histórico sem precedentes das forças produtivas daqueles países, partindo da qualidade de

capitalismo atrasado para assumir a condição de desenvolvido no estágio imperialista do processo de acumulação mundial. Não há razoabilidade histórica para se comparar mimeticamente os países de passado feudal com os países de extração colonial, a não ser nas condições da conciliação com o atraso, ou seja, modificações das composições de classe no Estado sem a participação das massas e nos obstáculos à supremacia industrial daqueles países. Estas semelhanças são delimitadas por Chasin sob os casos não-clássicos (Inglaterra e França) das formas de objetivação do capitalismo. Portanto, uma das características específicas de nosso processo de colonização é a ausência da preocupação com o consumo popular básico (a miséria generalizada) e o predomínio da exploração econômica visando interesses próprios dos setores agrários dominantes para o comércio externo. Sintetizando com um dos autores que orientam as conclusões históricas de Chasin, Caio Prado Jr. (2011, p. 75) resume a questão do sentido econômico extraído da colonização brasileira, ao contrário da colonização na América do Norte:

O que interessa aqui é notar que a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que ali habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos.



Os vastos contingentes de terra em poucas mãos, a exploração de mão de obra escrava e a aplicação de monoculturas de interesse comercial europeu formam a tessitura da reprodução econômica da época colonial. A empreitada que se apresentava nas colônias latino-americanas fora iniciada com objetivos específicos de obter um alto retorno econômico, considerando os riscos envolvidos nos trópicos. Ao invés de uma ocupação consistente como no caso das colônias britânicas, o que nos marca enquanto colônia ibérica foi a marca da exploração aventureira: “A emigração para cá, sobretudo na fase mais ativa dela em que responde ao apelo das minas, tem um caráter aventureiro em que – é a regra geral em casos dessa natureza – o homem emigra só” (Prado Jr., 2011, p. 113).

Essa diferença de sentidos econômicos da colonização que marcará profundamente as diferenças históricas dos dinamismos de seus processos de industrialização. Ainda que à época em que escrevia Prado Jr. em 1942 a situação brasileira se encontrava “sem forma”, aberta economicamente em seu futuro ali ele detecta que “[...] há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu” (2011, p. 9). Esses anacronismos da situação brasileira em um ajustamento que não rompe com traços de seu passado colonial que forçam determinados ajustes durante a

marcha da industrialização do capitalismo hipertardio historicamente e “Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (2011, p. 10).

Nesse sentido:

Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; “elementos” no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não “tomou forma”. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda, e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isso, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar que não é senão aquele passado colonial (Prado Jr., 2011, p. 9).

Encarceradas por seu processo histórico próprio, a Independência nacional e a constituição da República não constituíram elementos fortes o bastante para a dissolução dos interesses agrários dominantes na época da industrialização, mas

foram elementos decisivos para tal encaminhamento de conciliação com o atraso. Nisto, outro trabalho de alicerce histórico de Chasin, o livro de Nícia Vilela Luz (1978) perpassa com grande riqueza de detalhes as dificuldades das quais os setores agrários e comerciais dominantes da época impunham ao surgimento de leis e garantias estatais para a criação de indústrias em solo nacional. Segundo a autora, foi a partir de meados de 1870 que as condições para a aplicação industrial seriam mais favoráveis. A partir de então, cresce a indústria nacional intermitentemente em conflito com interesses agrários e do comércio internacional, mas sempre em detrimento da produção de bens de necessidades populares. A preocupação geral eram os lucros advindos do setor econômico de exploração e não o atendimento das necessidades básicas da classe trabalhadora brasileira. A formação de grandes empresas nacionais, aquelas indústrias que já haviam se estabelecido durante os períodos turbulentos que constituem a Independência se mantêm na política errática e de liberação das sociedades anônimas, tendo consideráveis repercussões na República em 1889. Assim, se deu que "a partir de 1909, uma fase caracterizada pelas tentativas de se inaugurar um novo industrialismo cujos alicerces deveriam repousar na existência de indústrias básicas, particularmente a siderurgia" (Luz, 1978, p. 165) toma forma durante o período entre guerras. Segundo Francisco de Oliveira (2006, p. 445), outra fonte histórica de Chasin, "O resultado será um ritmo de acumulação

industrial não apenas lento, mas intermitente e, conseqüentemente, níveis bastante medíocres para o conjunto da economia industrial como um todo”.

De Prado Jr. (2007a, p. 115) temos que “o ajustamento do Brasil à nova ordem imperialista se processou sem modificação substancial do caráter fundamental da economia do país; isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comércio exterior”. Isso indica que dentro de nossas diferenças específicas contém a condição subalterna da produção capitalista industrial, não superada pela burguesia brasileira e as necessidades materiais da classe trabalhadora sendo relegadas para segundo plano. Chasin então afirma, alicerçado no processo investigativo as diferenças históricas específicas, a particularidade do Brasil: “De maneira que ficam distinguidos, neste universal das formas não-clássicas, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao atraso, dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é nem se põe como o mesmo” (Chasin, 1978, p. 628).

Este velho que não é e nem se põe como o mesmo, a posição subalterna da economia colonial e semicolonial e a ausência da composição, por parte das classes dominantes, de ideias de um nacionalismo que orientasse o desenvolvimento das indústrias e das necessidades das classes trabalhadoras,



nos indica que o período mais marcante da industrialização nacional (identificado com os processos de alteração das composições das forças burguesas no Estado com a chegada dos setores industriais, mas sem a eliminação dos antigos interesses agrário-exportadores) seria conduzido de forma a atender a vários interesses contraditórios dentro do seio da própria burguesia brasileira, que refreavam seu próprio desenvolvimento ao invés de impulsioná-la, sendo que a história de sua composição se mostra predominantemente contra os interesses das camadas populares:

Sem dúvida, a história brasileira desde a década de 30 é a história da incapacidade da versão atrofada do capital verdadeiro para integrar, de seu prisma, a maior parte da população à sociedade nacional. Enquanto tal uma história fantástica de desperdícios, sobretudo de energias ou recursos humanos. Nesse contexto, a marginalização é a própria marca registrada dos feitos do capital atrofado, que a teoria da marginalidade, no entanto, só logrou registrar como um oceano desconcertante de sacrificados e embaidos, que pretendeu transformar, em momentos utópico-especulativos, no esteio social de supostamente novas figurações das marchas transformadoras, para além da potência e da lógica das classes. Não conseguiu apreender o fenômeno da exclusão massiva, ou antes, nem mesmo vislumbrou a necessidade de associar visceralmente a marginalidade à impotência de uma forma de capital, mas a tomou apenas, politicamente, nos seus efeitos sociais como o fracasso de uma política econômica. Ou ainda, não alcançou entender o universo dos

condenados à escuridão como um descomunal exército industrial de reserva e, assim, enquanto figura própria de uma sociedade industrializada na subordinação (Chasin, s/d, p. 163-164).

Entre processos comuns identificáveis dentro das particularidades históricas, o uso do Estado para a consecução dos interesses industriais no Brasil foi a principal forma encontrada para que os setores dominantes avançassem no processo de industrialização através da implementação de infraestrutura das indústrias de base, necessidade esta já declarada pela classe industrial antes dos processos iniciados com a chegada de Getúlio Vargas, da política de créditos e subsídios industriais representados pelo Programa de Substituição de Importações (PSI), políticas econômicas que iriam ser desenvolvidas para enfrentar a crise de 1929. Outra forma encontrada entre 30 e 64 foi a contenção da valorização salarial diante da inflação, principalmente no governo Dutra, que denota, no conjunto de tais fatores, a incapacidade econômica de se contrapor aos interesses externos e o desinteresse histórico da burguesia brasileira de arcar independentemente com o processo de acumulação capitalista, sem buscar aumentar sua produtividade apenas com o uso intensivo de mão de obra. Como salienta Marx (2011, p. 438): "A desvinculação das obras públicas do Estado e sua passagem ao domínio dos trabalhos executados pelo próprio capital indicam o grau em que se constituiu a comunidade real na forma do capital". O uso do

Estado a serviço dos interesses das classes dominantes é a norma das vias de industrialização e dos relacionamentos de produção sob o capitalismo, sendo que nem o caso clássico foge à regra. Ou seja, na particularidade a que pertence o caso brasileiro, acumulação moderna e superexploração do trabalho são condições particulares, enquanto detém traços comuns com as outras formas de industrialização, como o uso do Estado, que perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação.

As reivindicações mais comuns da classe do trabalho eram o aumento de salários, o fim da exploração de menores e mulheres, a redução de jornada (trabalhava-se de 12 a 16 horas diárias) e a melhoria das condições gerais de trabalho. Até então, não existira legislação social abrangente. Antes de tal legislação, valia o regulamento de cada unidade fabril, incluído até castigos físicos. As relações entre patrões e trabalhadores eram de quase servidão escravista. No problema da regulação da jornada de trabalho industrial na Inglaterra se encontra que “O modo de produção material modificado, ao qual correspondem as relações sociais modificadas entre os produtores, engendra, de início, abusos desmedidos e provocam, como reação, o controle social que limita, regula e uniformiza legalmente a jornada de trabalho e de suas pausas. Por isso, durante a primeira metade do século XIX, esse controle aparece como mera legislação de exceção” (Marx, 2013, p. 369-370).

Na incompletude da dispersão territorial industrial hipertada, a tarefa de desenvolvimento industrial autônomo cabida à burguesia foi levada a cabo pelo Estado, representando os interesses destes setores como os interesses “nacionais”, sem criar ao mesmo tempo empresas privadas do mesmo patamar de acumulação que as empresas internacionais, impulsionando o mercado nacional. O desinteresse da burguesia em se alçar aos mesmos patamares das economias centrais perfaz o caminho da industrialização brasileira, inclusive o mesmo desinteresse com a criação de um robusto mercado interno. De tal processo histórico emerge pela primeira vez uma legislação trabalhista unificada, ratificando e ampliando regras e legislações até então dispersas e estabelecendo, através da criação por decreto governamental, a Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, o principal instrumento de regulação da exploração capitalista da força de trabalho no país. Por outro lado, fica perceptível que as tarefas legadas à classe trabalhadora também se constituíam de conquistas pontuais de determinados setores, mas que foram consolidadas pelo próprio Estado, representando uma conquista nas lutas internas pela jornada normal de trabalho. Encontra-se em Marx (2013, p. 370) a importância dessa passagem histórica na Inglaterra: “A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalistas e trabalhadoras”. No caso nacional,



Sem revolução burguesa, o Brasil vem a ser a herança de uma unidade territorial e lingüística constituída na subsunção formal ao capital, através de uma sociedade escravista. Herança, por conseqüência, de uma forma desagregada, sem dimensão de sociabilidade nacional, identidade econômica ou cultural, a não ser a ficção da autonomia política.

O que possa ser chamado de *identidade econômica* vem sendo configurado pela dinâmica de fôlego restrito dos agentes internos - privados e públicos - combinada com a impulsão externa, sempre reitora, através dos processos de universalização do capital, o que confere ao país papel subalterno, periodicamente modernizado em sua subordinação estrutural. Assim, a nação é intermitentemente cosmopolita, sem nunca ter deixado de ser provinciana, e os brasileiros internacionais, sem nunca sido nacionais (Chasin, s/d[1989], p. 73).

O processo do golpe em 1964 sintetizou a disputa entre a tentativa de um nacionalismo de industrialização autônoma, representado pelas Reformas de Base e o Plano Trienal, que foram interpretados como um “fantasma do comunismo”, no processo de revoluções nacionais e da guerra-fria, com seus complexos movimentos mundiais. A classe burguesa resultante dos acordos históricos entre setores da burguesia agrária, industrial e comercial apoiavam então o aprofundamento dos laços econômicos com os países capitalistas centrais

(em especial o estadunidense), a defesa da livre empresa e criticavam a intervenção estatal na economia. A convulsão econômica e social que inicia a década de 60 apresentava problematicamente o padrão de acumulação anterior exibido no governo Kubitschek, de desnacionalização das indústrias e da ampliação do endividamento público para consecução de obras públicas, em contraposição às propostas de cunho popular, que terminariam por provocar a reação destes setores dominantes contra as propostas das Reformas de Base.

Em suma, a Via Colonial de objetificação do capitalismo industrial lega uma burguesia brasileira com características particulares em relação às burguesias dos centros capitalistas:

[...] que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou a faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela Via Colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a um regime político democrático-liberal, de outro lado, a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses,

enquanto a burguesia produzida pela Via Colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos polos hegemônicos das economias centrais. *Em síntese, a burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo* (Chasin, 1980, p. 128-129, itálicos do autor).

### A CONSOLIDAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O processo estruturado nos Governos pós-64 serviria aos interesses dominantes das classes capitalistas brasileiras na mesma medida em que subordinava seu desenvolvimento aos interesses externos. Dentro do processo histórico de industrialização hipertardia, houve a possibilidade de “abertura” ou rompimento do processo de subordinação econômica entre 30-64, representado pela tentativa de uma industrialização autônoma e de cunho nacional, que serviria aos interesses populares e trabalhistas. Na consolidação da superexploração no pós-64, temos que “Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica [...]” (Chasin, 1989, p. 49). O Golpe Militar representou o caráter caudatário da burguesia formada pela junção do novo com o velho, das indústrias com as elites agrárias e comerciais de longo domínio histórico colonial.

A problemática da superexploração da força de trabalho no país foi objeto de grande discussão no período pós-64, representado principalmente pelas teses marinistas, principal expoente da Teoria Marxista da Dependência<sup>2</sup>, que não obteve à época grandes repercussões em solo nacional, apesar de ter se destacado no pensamento latino-americano (Ferreira & Luce, 2012). Marini (1971; 2008a) tem, em seus momentos essenciais e considerando as duas obras que envolvem esse problema com maior atenção, a proposta de uma categoria marxiana que aqui funciona de maneira particular decorrente de sua própria forma de desenvolvimento capitalista dependente. Através da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho dentro do mercado mundial dado pela da “independência formal” do país em 1822, a partir da década de 30, o Brasil passa a ter uma realidade econômica em rápida transformação de essencialmente rural para urbano-industrial, possuindo então o caráter da reprodução dos mecanismos geradores da dependência e subordinação econômica dentro de seus processos próprios de desenvolvimento capitalista.

---

<sup>2</sup> É necessário clarificar que existe um contexto muito mais amplo sobre as teses da dependência, mas que não farão em si objeto de análise mais aprofundada. Trata-se de uma gama de autores das quais não existe a possibilidade de uma análise mais detalhada em conjunto com Marx e a Via Colonial, dado os limites que se impõe ao trabalho. Entretanto, registre-se que Marini foi aquele que se situou mais fielmente à perspectiva do trabalho dentre os autores da TMD (considerando, entre os formadores iniciais, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos) e que teve suas ideias ampliadas posteriormente, incluso a classificação de gerações posteriores (nessas gerações, se destacam ultimamente Jaime Osório, Marcelo Carcanholo e Marisa Amaral).

O tema do desenvolvimento desigual e combinado e o mecanismo das trocas desiguais seriam então resumidos por um outro autor da Teoria Marxista da Dependência<sup>3</sup>. O aforismo de Gunder Frank (1969), o desenvolvimento do subdesenvolvimento, dá para Marini a confirmação do problema da reiteração da subordinação e dependência econômica do país. Possibilitará a ele a tentativa da formalização do funcionamento do capital em metabolismos sociais de diferente constituição histórica, reafirmando *os problemas particulares* de constituição das ordens estruturais de sua execução. Estes limites estruturais produzem consequências particulares para estes países na consecução de um desenvolvimento capitalista interno pautado na despreocupação com a capacidade produtiva, com os níveis de acumulação interna e o consumo popular, resultantes de uma burguesia que não rompe com seu passado. Marini tentará abstrair dos principais processos históricos levantados por ele em sua pesquisa,

---

<sup>3</sup> Desconsiderando os debates internos sobre a dependência, existe uma quantidade enorme de separações dos seus representantes e posições teóricas de base que podem ser achados de modo bastante esquemático em: Santos, T. (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. São Paulo: Civilização Brasileira. Existem outros tantos autores que também se preocupam com esta classificação e análises. Para tanto, ver como exemplos: Groglopo, A. (2013). Dependency theories and internal colonialism: the politics of epistemology and theoretical resistance. In: R. Dannel, A. Larsson, & P. Wisselgren (Orgs.). *Social science in context - historical, sociological, and global perspectives* (pp. 205-219). Lund: Nordic Academic Press; Chilcote, R. H. (1974). Dependency: a critical synthesis of the Literature. *Latin American Perspectives*, 1(1), 4-29; Kay, C. (1989). *Latin american theories of development and underdevelopment*. London: Routledge; Larain, J. (1989). *Theories of development: capitalism, colonialism and dependency*. Cambridge: Polity Press.

para buscar então o modo de regulação particular entre capital e trabalho no Brasil. Qualifica-o como capitalismo *sui generis*, dadas as intrincadas relações das trocas desiguais no mercado mundial e dos mecanismos de transferência de valores das economias dependentes para as economias centrais, caracterizando a sua sempre renovada e aprofundada dependência em relação ao desenvolvimento dos países centrais.

Diferentemente de Chasin, o processo utilizado não é baseado na investigação das diferenças específicas do ser social nacional, buscando descrever historicamente sua anatomia, a formação de suas classes sociais e suas interconexões durante a industrialização. Marini opta pela teoria do valor em Marx, analisando o ciclo do capital nas economias subordinadas (ou dependentes) e os mecanismos constringentes da transferência do valor produzido na integração de interesses dos países atrasados para os países de capitalismo avançado pelas trocas desiguais no mercado mundial. Segundo Marini, (1971, p. 18-9):

Este proceso se completó con la renuncia de la burguesía llevar a cabo una política de desarrollo autónomo. En efecto, el asedio de los capitales extranjeros, que se intensifica en los años cincuenta, coincide con la dificultad de las economías latinoamericanas para lograr una flexibilización de su capacidad para importar, mediante la expansión de exportaciones tradicionales [...] Así, la burguesía industrial

latinoamericana evoluciona de la idea de un desarrollo autónomo hacia una integración efectiva con los capitales imperialistas y da lugar a un nuevo tipo de dependencia, mucho más radical que el que rigiera anteriormente.

Desta forma, "En realidad, lo que pasaba era que el desarrollo del capitalismo industrial brasileño chocaba con el límite que le imponía la estructura agraria. Al estrellarse contra el otro límite, representado por sus relaciones con el imperialismo, todo el sistema entraba en crisis" (Marini, 1971, p. 100). As conclusões que derivam de tais afirmações vão de encontro com os principais momentos históricos de constituição das indústrias nacionais após 1930, assim como resume o processo de formação da burguesia particular do Brasil:

Por lo general, los estudiosos están de acuerdo en aceptar la fecha de 1930 como el momento decisivo que marcó el tránsito de una economía semicolonial, basada en la exportación de un sólo producto y caracterizada por su actividad eminentemente agrícola, a una economía diversificada, animada por un fuerte proceso de industrialización. [...] La cuestión fundamental está en comprender porque la revolución de 1930 condujo a ese equilibrio político, y más exactamente por qué tal equilibrio se basó en un compromiso entre la burguesía y la antigua oligarquía terrateniente y mercantil. [...] El segundo error es el de creer que la burguesía industrial no ha luchado para imponer su política, siempre que sus intereses no coincidían con los de la oligarquía

latifundista-mercantil. Toda la historia político-administrativa del país en los últimos cuarenta años ha sido, justamente, la historia de esa lucha en el terreno del crédito, de los tributos, de la política cambiaria. Si el conflicto no fue ostensible, si no estalló en insurrecciones y guerras civiles, es precisamente porque se desarrolló en el marco de un compromiso político, el de 1937. Los momentos en que ese compromiso ha sido puesto en jaque fueron aquellos en que la vida política del país se convulsionó: 1954, 1961, 1964 (Marini, 1971, p. 92-94).

Entretanto, considera-se neste trabalho que a teoria do valor que seria empregada em seu trabalho de maior destaque, por si mesma, é insuficiente para confirmar as conclusões que estariam apresentadas em *Dialética da Dependência* (2011). Assim, as considerações históricas encontradas anteriormente como nas citações aqui apresentadas são essenciais na defesa da correção de suas análises sobre o ciclo do capital em economias dependentes, mas, por seu lado, suas conclusões não derivam de um processo investigativo de entalhe ontológico, apresentando as diferenças processuais específicas das formações capitalistas para compreender a estrutura que configurou a superexploração da força de trabalho no Brasil. O processo escolhido por Marini é complexo e deriva tanto de suas conclusões históricas disponíveis em *Subdesarrollo y Revolución* (1971), para suas pesquisas sobre o uso da teoria do valor na explicação dos mecanismos de suas transferências econômicas através

dos diferentes modos ou graus de abstração que Marx utiliza, nos tratamentos dados aos três volumes de O Capital. É notável que o tratamento histórico dado ao problema em Dialética da Dependência seja muito menor, enfatizando apenas os aspectos históricos formais, para apresentar a ideia do ciclo do capital nas economias periféricas e a justificativa da superexploração não somente pelo lastro histórico (fator mais fundamental da razoabilidade de tal categoria na relação entre capital e trabalho no Brasil) do comportamento burguês no Brasil, mas imputando a lógica intrínseca ao movimento do valor dentro das relações sociais de produção entre países centrais e dependentes. Ou como Marini deixa claro na nota 16 da página 142 (2001, *itálicos do autor*): “Nosso propósito não é o de aprofundar agora o exame das contradições que coloca a produção capitalista em geral, mas apenas o de deixar claras *as determinações fundamentais da dependência latino-americana*”.

Não obstante às diferenças e possíveis limites ao processo investigativo e expositivo escolhido, é necessário registrar a originalidade da categorização da relação entre capital e trabalho nas economias latino-americanas feita por Marini (incluindo neste caso o Brasil). A diferença dos processos, entretanto, levam a considerações sensivelmente diferentes do problema em pauta.

De Marini, em *Dialética da Dependência*, o entendimento da questão parte da conferência de privilégio a fatores determinantes da dependência (as trocas desiguais e os mecanismos de transferências do valor), da qual se tem nelas a identificação do decisivo caráter determinante da anatomia nacional. Assim, Marini, desenvolvendo de maneira autóctone e ainda incipiente a teoria das abstrações de Marx, identificados nos diferentes tratamentos das abstrações econômicas apresentadas entre os volumes I, II e III de *O Capital*, parte para as considerações destas trocas desiguais e da transferência de valor os substratos essenciais da reafirmação da dependência dentro do processo de desenvolvimento capitalista. Os mecanismos econômicos auto-constritores das trocas desiguais são elevados ao plano da explicação dos modos ou padrões de reprodução econômica que se apresenta pelo capitalismo *sui generis*. A solução encontrada pelo capital dependente em face aos mecanismos de transferência do valor das trocas desiguais para as economias centrais se encontra no uso intensivo da mão-de-obra abaixo do seu valor para compensar as perdas internacionais. Em resumo, Marini define assim os mecanismos da superexploração:

Pois bem, os três mecanismos identificados – *a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho* – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do



trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) *significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e*

*correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.* (Marini, 2011, p. 149-150, *itálicos do autor*)

Como conclusão, é de se entender que Marini suspende a base histórica que o orientava em seus estudos das particularidades das vias de industrialização para avançar nas teorias do valor e seu relacionamento *sui generis* do capital dependente, ou seja, Marini avança conscientemente para a abstração do relacionamento ampliado do capital em seus regulamentos econômicos, o que se transfere a outras ordens de análise. Abstração instituída na formalização lógica dos regulamentos econômicos que geram, com seu desenvolvimento industrial, sua própria subordinação<sup>4</sup>:

Não é, entretanto, nosso objetivo estudar aqui as *formas econômicas particulares que existiam na América Latina antes que esta ingressasse efetivamente na etapa capitalista de produção, nem as vias através das quais teve lugar sua transição.* O que pretendemos é tão somente fixar a pauta em que há de ser conduzido este estudo, pauta que corresponde ao movimento real da formação do capitalismo dependente: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação” (2011, p. 153-154, *itálicos do autor*).

---

<sup>4</sup> Cf. Marini, R. M. (2012) [1979]. O ciclo do capital na economia dependente. In: C. Ferreira, J. Osório, & M. Luce. *Padrão de reprodução do capital* (pp. 21-35). São Paulo: Boitempo..

Chasin, por outro, apresenta o problema pelo interior do itinerário do pensamento marxiano centralizado na crítica ontológica e seus suportes para o entendimento da *condição particular* da entidade social brasileira que se configura na industrialização hipertada e subordinação econômica. Segundo Chasin, os textos de Marx “Tomados em conjunto em seu significado fundamental, os textos não aparecem aí enquanto escritos erráticos, mas como passos de um itinerário deliberado, ciente da sua orientação, que se reforça na própria marcha.” Este progrediria no “Rumo dado, segundo o próprio autor, pela desembocadura de sua investigação primígena: ‘A anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política’” (2009, p. 75). Assim, Chasin nos apresenta através da tese da Via Colonial o problema de acordo com os processos econômicos e históricos das diferenças específicas das formações capitalistas em sua via clássica inglesa, passando pela discussão das vias não-clássicas do capitalismo e culminando na busca da história do Brasil formação capitalismo particular de extração colonial, configurando classes sociais dominantes que unem o velho e o novo e que são subalternas aos interesses externos, definindo a inexistência de objetivo por parte da burguesia brasileira em se alçar ao mesmo patamar das outras potências econômicas (ou seja, a consciência e ação ativa econômica, social e política em prol de sua própria subordinação). A elite burguesa legada pela Via Colonial é antidemocrática e historicamente

subordinada aos interesses internacionais. É a configuração histórica de sua economia e de suas classes sociais quem definem a atrofia industrial do Brasil, dando então a forma de regulação entre capital e trabalho na superexploração:

O que importa ressaltar, nesta sumária colocação do processo, é que pela via colonial da objetivação do capitalismo o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor, ou seja, em nível hierárquico inferior da escala global de desenvolvimento. Em outras palavras, pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis. Pelo que são e vão sendo, em todo fluxo de sua ascensão, ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do "arcaico", para a qual todo estágio de "modernização" alcançada é imediatamente reafirmação de sua in contemporaneidade. O receptor é assim a desatualidade permanente, o "arcaico" é a condição de existência do receptor. Por consequência, a passagem deste ao moderno só pode ser dada pela ruptura da subordinação; se esta é impossível, a modernização efetiva é igualmente impossível. Donde, tal como hoje é formulada, a contraposição abstrata entre o arcaico e o moderno e a pregação da modernização sem ruptura é meramente a reciclagem do arcaico, o reajustamento da desatualidade, sem o qual a formação receptora fica imprópria para a exercitação do capital dominante, é até mesmo a simples sustentação do espaço capitalista subalterno fica comprometida em sua estagnação (Chasin, s/d[1989], p. 62).



Determinadas as diferenças entre autores, cumpre dizer que esta forma de superexploração da força de trabalho é apresentada por ambos como *o pagamento da mão-de-obra abaixo do seu valor real*, ou seja, abaixo do necessário ao consumo reprodutivo normal da classe trabalhadora. Isso implica dizer que a solução das políticas econômicas propostas durante os governos militares foram calcadas principalmente na política de arrocho salarial direto e na reprodução da miséria de grande parte da classe trabalhadora do país de um lado, enquanto concentrava enormes somas de capitais por outro.

Durante o Plano de Ação Econômica do Governo, os principais mecanismos identificadores dos processos inflacionários herdados dos governos anteriores constituíam na identificação do déficit público e dos aumentos salariais:

O primeiro aspecto que chama a atenção é o fato de que os novos mandatários acreditavam que os trabalhadores estavam auferindo salários além daquilo que era suportável para a economia brasileira, ou melhor, acima da produtividade da economia [...] Diante dessa situação, tornava-se necessária a disciplina salarial, pois só assim se conseguiria a estabilidade da economia. No entanto, estas metas não poderiam ser alcançadas num clima de normalidade democrática, uma vez que o movimento sindical atingira alto grau de mobilização e dificilmente

aceitaria sem luta o achatamento salarial. Portanto, para que o governo tivesse controle geral da situação e não encontrasse óbices à sua estratégia de crescimento acelerado, com concentração de renda, era de fundamental importância a imposição de três linhas básicas:

- a) avocar para o Estado o poder exclusivo de regular a disputa entre capital e trabalho, de forma que a fixação do preço da mão-de-obra não perturbasse a macroeconomia do governo;
- b) implementar uma legislação repressiva capaz de afastar da vida sindical os opositores do novo regime, bem como evitar que os sindicatos voltassem a ser controlados por ativistas da velha ordem ou por novos contestadores;
- c) aprimorar a legislação corporativa anterior, visando disciplinar e cooptar os novos sindicalistas, a fim de constituir uma camada de dirigentes favoráveis à política do novo governo (Silva, 1996, p. 39).

Se o valor da força de trabalho é historicamente determinado, o conjunto de necessidades básicas das classes trabalhadoras aumenta com o desenvolvimento interno das forças produtivas, enquanto a *política de arrocho salarial* contrai sensivelmente o poder de consumo das classes trabalhadoras. A diferença das análises do processo feito por Marx é significativa pelo fato de constar do processo de formação da jornada normal de trabalho (representado pelas conquistas de leis trabalhistas para refreamento da sucção de valor do capital), ou seja, como avanços paulatinos em direção à normalização da jornada de

trabalho na Inglaterra (cf. Marx, 2003, p. 305-374), o que nos mostra a diferença específica do caso brasileiro é que ela é um dos pilares fundamentais de organização e regulação da relação capital e trabalho no período do governos militares através da política de rebaixamento de salários.

Sendo assim, “No Brasil, essa questão se transformou num ciclo vicioso cruel: as classes dominantes, para acelerar o processo de acumulação, praticam uma economia de baixos salários [...] que tende a pressionar o salário mínimo para baixo [...] ou seja, um mercado com salários pagos abaixo do valor da força de trabalho” (Silva, 1996, p. 44). No mesmo diapasão, “pode-se observar nitidamente que nos 21 anos de regime militar foi implementada uma *política de estado, consciente e planificada*, com o objetivo de desvalorizar o preço da mão-de-obra e realizar o processo de acumulação acelerada” (Silva, 1996, p. 50, itálicos do autor). O que nos indica que a tese da Via Colonial corresponde melhor às múltiplas determinações que compreendem o problema da superexploração da força de trabalho, ao invés de decorrer primordialmente de uma lógica inerente ao processo das trocas desiguais e das transferências de valores aos centros do capital que, apesar de tudo, ainda ocorrem e devem ser sopesadas como influenciadoras das determinações da relação capital-trabalho.

Os países latino-americanos mais importantes exibem perfis estruturais muito semelhantes em suas crises. Basta pensar em dívida externa, ou seja, desequilíbrio radical das relações internacionais; índices inflacionários explosivos, isto é, valorização improdutiva do capital levada ao paroxismo; privatização do estado, vale dizer, instrumentalização estrutural do poder político pelo capital atrofado em seu benefício exclusivo; superexploração da força de trabalho, numa palavra, determinação de seu valor muito abaixo do limite histórico ou social configurado nos países centrais, e mantido, em grande escala, abaixo de seu próprio limite mínimo ou físico; incapacidade privada e pública de projetar e dar consecução a um itinerário de desenvolvimento auto-sustentado; e outras tantas características que não carece enumerar. Importa, sim, deixar bem grifado que, na origem e na resultante e envolvendo todo esse quadro desalentador, estão as estruturas de conexão e subordinação ao capital metropolitano superproduzido que, em sua própria crise estrutural, expressa na forma de produção destrutiva, não pode dispensar o espaço latino-americano para as aventuras compulsórias do capital financeiro internacional que, recordado seja de passagem, se apresenta em unidade solidária, mas não isenta de tensões e disputas intestinais, tendo por centro a crise do dólar, desde meados da década de sessenta, e o aparecimento de capitais não acomodados, ainda que cúmplices das tropelias da atuação econômica norte-americana. Em suma, a malha complexa e atual do que com toda a propriedade e correção os antigos chamavam de imperialismo (Chasin, s/d[1989], p. 60-61).

O que se formou no Brasil foi então uma enorme disparidade de remuneração entre os próprios trabalhadores, num gigantesco processo de miséria do proletariado mal remunerado e uma aristocracia assalariada média, sempre com medo de um possível retorno às fileiras do proletariado, enquanto aglutinava enormes somas de capitais para a complexa mistura de uma burguesia assentada entre acordos sem rupturas históricas nos setores agrário, comercial e industrial do país e a dominação imperialista capaz de manter o país sob a subordinação econômica durante o processo de objetificação de sua estrutura econômica e social na industrialização hipertardia.

### CONCLUSÃO: INTENSIFICAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO ESTRUTURAL COMO EFEITO PÓS-CRISE, UMA CONTRIBUIÇÃO DA VIA COLONIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

A análise central que podemos retirar das conclusões da Via Colonial sobre seu modo particular de industrialização hipertardia, é a de que sua anatomia social correspondeu a uma modernização excludente, que deve ser uma das características históricas centrais que a Administração Política deve pesquisar para analisar o processo brasileiro de produção, distribuição, troca e consumo inseridos na mundialização de capitais:



Interessa destacar que essa *decisão estruturalmente* diz respeito, em suma, à relação entre *evolução nacional* e *progresso social* e que ela é muito diversificada no interior da universalidade do capital. Retomando os exemplos da história da França e da Inglaterra, contata-se que ambos se apóiam e estimulam mutuamente, em contraste com o que se passou na Alemanha, onde a evolução nacional se afirmava contra o progresso social. A contraposição, sob as condições de existências geradas pela *via colonial*, é ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria exclusão do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais (Chasin, s/d[1989], p. 74).

A década de 1980 apresentou reformas estatais em favor do mercado em países centrais como Inglaterra e Estados Unidos, entre outros. A volta de um ideário liberalizante nas camadas superiores da burguesia mundial, representada pelas ações de desestruturação sindical, desregulamentação trabalhista, cortes em benefícios sociais e programas de privatizações a fim de ampliar suas ações no mercado mundial e pressionar a abertura dos mercados nos países periféricos (Costa, 2000), demonstram que os processos internacionais da economia mundial incidiriam no modo de regulação das relações entre capital e trabalho também



nos países periféricos. Em sentido mais amplo, a reestruturação produtiva que se tornara questão central na década de 70, depois de reiteradas crises de superacumulação pelo sistema de produção monopolista, coloca novamente a discussão do papel do Estado na regulação econômica, dado que a natureza da acumulação capitalista estava se alterando, exigindo readequações que ficaram conhecidas como *produção flexível*, permitindo a acumulação produtiva de capitais que se espalhariam pelo globo.

Apontando o fim da Via Colonial não por sua resolução interna de classes, a década de 1990 apresenta a superação do capital monopolista pelo capital globalizado, caracterizando a entrada subordinada do Brasil no sistema produtivo mundial ao retirar as fronteiras e mobilidades do capital: “Processos econômicos nacionalmente dados e constituídos que são forçados a se adequar a determinados protocolos de universalização da produção capitalista. Protocolos que passam a exigir igualmente certas alterações de monta em mediações específicas, como a do equacionamento da produção e a da relação desta com o estado” (Silva & Alves, 2008, p. 183-184). Iniciada de maneira rápida com Collor, mas sem grande fôlego pela falta de entendimento sobre os problemas centrais da economia brasileira, as reformas se propunham resolver as enormes taxas inflacionárias, desorganização fiscal e gigantesca dívida pública (interna e externa) legada pelos governos militares. Esta maneira de lidar com os

problemas da década de 1990 envolveria, de maneira particular, o modo brasileiro de ajustamento à abertura ao mercado mundial, em suma, o papel do Estado na economia para ajustar a economia nacional à entrada dos novos processos produtivos de acumulação mundial.

Os planos econômicos desenvolvidos para tais problemas modificaram consideravelmente as capacidades de sustentação do aparato industrial nacional, calcada na abertura quase irrestrita da economia brasileira, que coloca suas indústrias em disputa desigual com empresas internacionais. Quem leva efetivamente a cabo o processo de diminuição do Estado e regulação econômica inflacionária são os representantes das teses da dependência de cunho weberiano, na qual assume como papel ativo a política de *associação subordinada e dependente com os países centrais do capitalismo*. O governo Fernando Henrique Cardoso foi o que realizou as vendas das principais empresas estatais, a reforma gerencial de Bresser Pereira através do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado), a entrada da terceirização nas relações de trabalho, o ataque aos serviços públicos, que acabam por demonstrar que a norma era diminuir sensivelmente a capacidade de intervenção estatal na economia e, alegadamente, aumentar a eficiência dos serviços públicos. A sintonia apresentada entre as exigências de organismos financeiros internacionais dentro da economia do país são aplicadas de maneira ativa e

consciente pelo governo FHC na busca dessa associação subordinada, forma de ajustamento brasileiro ao processo de mundialização de capitais.

Derivadas do processo de redemocratização, as políticas econômicas dos governos sucessórios não apresentaram um sentido programático de alteração das relações capital-trabalho e da subordinação caudatária aos interesses econômicos externos. Apesar do retorno dos direitos civis apresentados na Constituição de 1988, os fundamentos das políticas econômicas seriam exigências de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e, independente das tendências políticas que alçaram ao poder estatal, nenhuma delas apresentou qualquer esboço de alteração das condições fundamentais da reprodução da classe trabalhadora no Brasil, mas possui em comum o avanço do controle financeiro nacional e internacional sobre o sistema produtivo nacional.

Não obstante, nos últimos governos do Partido dos Trabalhadores, claramente mais generosos e aberto às necessidades das massas excluídas do processo de consumo do que em relação a seu antecessor, não havia em suas aspirações uma alteração significativa na composição da posse dos meios de produção pelas classes dominantes em direção às classes trabalhadoras do país. As semelhanças entre os governos pós-redemocratização não se resumem ao mecanismo de controle autocrático do Estado e seu parlamento, em conluio com figuras e



elementos bonapartistas, que limitam a participação popular apenas ao sufrágio universal na escolha entre a figura de melhor ajuste social na gestão do capitalismo brasileiro:

O exemplo mais nítido, que ilustra de forma exemplar esse mecanismo no Brasil, tanto no Governo de Fernando Henrique Cardoso, como no de Luiz Inácio Lula da Silva, é a conformação de uma base de deputados e senadores aliados ao Poder Executivo no interior do Parlamento. Essa maioria legislativa foi fundamental à aprovação de uma série de mecanismos legais que permitiu a reconfiguração jurídica do Estado brasileiro de acordo com as prerrogativas da fração financeira do capital – desde a aprovação de medidas provisórias, até a reformulação da constituição brasileira durante o processo da revisão/reforma constitucional (1993-94/1995-99). O mecanismo utilizado para compor tal maioria foi a já conhecida distribuição de cargos pelo Executivo entre os partidos da base aliada, reforçando uma prática bem conhecida na estrutura autocrática brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que a fração financeira se fez hegemônica no interior do bloco histórico liderado por ambos os partidos, PSDB e PT, as outras frações da burguesia também se fizeram representar através dos poderes Executivo e Legislativo, e o principal instrumento para sua realização foi – e é – a influência do *lobby*. Apesar de legalmente proibido no Brasil, a atividade *lobbysta* é mais que uma realidade na política brasileira, faz parte do processo decisório do Estado, em todas as suas esferas. As principais entidades representativas da burguesia brasileira possuem escritórios na capital

federal que atuam diretamente junto a deputados, senadores e membros do alto escalão do Poder Executivo (Cf. Diniz & Boschi, 2004). Utilizam-se de uma linguagem eufemística para designar suas práticas, arvorando-se como “empresas de consultoria” que prestam serviços ao poder público. Tal caracterização tem como finalidade driblar a justiça, que faz vistas grossas quando os interesses envolvidos estão de acordo com a ordem do capital. Na verdade, reproduzem as mais velhas práticas que fazem do Estado o “escritório da burguesia”. É essa mesma atividade *lobbyista* que garante as “doações faraônicas” aos principais candidatos que disputam a Presidência da República. E essa questão nos remete à uma última característica do bonapartismo *soft*: trata-se do *monopartidarismo competitivo* (Deo, 2011, p. 54-55).

Após a redemocratização, não houve um expurgo em definitivo dos mecanismos constrangedores em sua arena política, mas houve alterações sem grande profundidade, principalmente, nos fundamentos econômicos da remuneração do trabalho. Significa dizer que a superexploração da força de trabalho *não foi superada* na forma de organização do metabolismo social do capitalismo brasileiro, mas conviveu nos governos petistas através de políticas tímidas de valorização salarial, consolidação de políticas sociais de redistribuição de renda e ampliação do crédito ao consumo. Certamente as políticas redistributivas, ensaiadas nos governos de FHC e alçadas a constituição de direitos das massas pelas políticas públicas propostas nos governos Lula e Dilma, acabam por tirar o foco de que a

política econômica em pauta por ambos partidos seguiam lógicas semelhante e, portanto, não alteraram significativamente os fundamentos restritivos essenciais da remuneração da classe trabalhadora. Há que se lembrar dos estragos anteriormente feitos, com a diminuição sensível da capacidade de intervenção estatal na economia por meio das negociações proporcionadas no processo de privatização e reestruturação do Estado com FHC, sob crivo e orientação dos países centrais como condição de participação desigual na esfera das trocas mundiais. Contudo, após 2003 e a chegada dos governos petistas no esteio do processo de valorização mundial das *commodities*, estes conseguiram imprimir a tímida política de valorização do salário mínimo que não alcançou as bases mínimas do necessário ao consumo das famílias<sup>5</sup>. Dado então que a convivência com a superexploração da força de trabalho, hoje, se sustenta por formas indiretas pelos suportes de programas sociais institucionalizados e políticas creditícias para o consumo que endividam sensivelmente a classe trabalhadora, promovendo, em parte, os lucros extraordinários dos bancos. Além disso, o que se observou nos governos petistas inclui também a criação de uma série de novas classificações na área de serviços (Micro Empreendedores Individuais, Pessoas Jurídicas que são Pessoas Físicas que prestam serviços) que escamotearam a real situação da classe trabalhadora, criando instrumentos

---

<sup>5</sup> O salário mínimo está fixado em R\$ 937,00 em 2017 e, em fevereiro deste ano, o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo Dieese gira no valor de R\$ 3.658,72.

legais de caracterização de trabalhos informais e possibilitando ao mesmo tempo a inserção dos trabalhos informais em direitos e benefícios da seguridade social. A desindustrialização nacional, a financeirização sobre sistema produtivo, a continuação dos processos de privatização de maneira drástica ou suavizada e consequente diminuição na capacidade de intervenção econômica pelo Estado, são marcas que unem os diferentes governos pós-redemocratização. A crise de 2008, indevidamente sopesada pelas forças de então, acabaram por desconsiderar os efeitos desiguais e combinados que, mais cedo ou mais tarde, atingiriam a periferia do sistema do capital globalizado.

O que, no bojo do processo, os últimos governos petistas representaram a continuidade das regras internacionais de regulamento da política econômica herdada pelo governo anterior, mas que possibilitaram por sua maior característica popular, um alento mínimo às condições físicas de reprodução da classe trabalhadora, *que ainda é superexplorada em relação às suas necessidades básicas e em relação aos grandes centros capitalistas* e, ao mesmo tempo, taxas significativas de crescimento, acumulação e concentração de capitais no período expansivo da economia mundial entre 2003 até 2008. Sob o signo da financeirização, hoje, a classe trabalhadora se vê endividada e continua historicamente sem acesso adequado aos serviços públicos essenciais como saúde, moradia e educação e uma remuneração abaixo dos custos de vida normais da população.



Na confusão e total perda de direção da capacidade de orientação econômica como efeitos deletérios da crise do sistema mundial do capital, hoje um governo de corruptos se apresenta uma série de respostas solucionadoras para a retomada das taxas de lucro do capital nacional. No esteio de um congresso extremamente conservador e altamente conectado com as burguesias do passado, os novos setores da burguesia, suportados pela financeirização que possibilitou a criação de conglomerados nacionais em setores produtivos de baixa ou média tecnologia com condições de ação internacional, correspondem à forma em que se deu o processo de redemocratização sem ruptura com seu passado. Se houveram motivos para o impedimento da presidenta Dilma por parte da burguesia, um destes certamente se identifica sobre a intensidade e velocidade de trâmite das pautas que afetam direta ou indiretamente a relação capital-trabalho e a capacidade de atuação do Estado na economia. Por isto, hoje elas estão no centro da discussão, incluindo também a mudança da forma de financiamento das políticas sociais do Estado, dando as costas para qualquer possível futuro em duas décadas. Todas elas apresentam uma relação profundamente desfavorável ao processo de regulação da relação capital-trabalho e da manutenção de políticas públicas de redistribuição de renda, do que representa não somente a reiterada *excludência do progresso social*, mas principalmente a intensificação da *nulificação social de vastos contingentes*

*populacionais*. Esta nova rearticulação da burguesia não tem mais vergonha do passado econômico brasileiro de miséria generalizada.

O que é dizer que, após o Golpe de Estado, a situação se agrava sensivelmente pela intensificação voraz de um processo lento e com resistências pontuais: no anúncio de arremedo de projeto econômico, *Ponte para o Passado*, o governo Temer parte em uma aventura ancorada na traição sob a pressão de investigações no judiciário, na mão da pequena política pelo controle e acesso de loteamento de cargos para avançar com pautas de interesses empresariais, o financiamento privado de campanhas e a histórica relação de corrupção entre setores da burguesia brasileira, em destaque para seus setores financeiros e oligopólios produtivos, e seus diferentes controles e influências econômicas dentro do Estado. Temos atualmente a declaração direta, sem os anteriores rodeios e pressões oriundas da base em que se formou o petismo, de profundos ataques à classe trabalhadora e o retorno do arrocho salarial, que será alçado através das perdas dos direitos trabalhistas históricos pela reforma trabalhista, pelo avanço da terceirização, pela reforma previdenciária e pelos efeitos da concorrência no preço da mão de obra do mercado de trabalho brasileiro, com os atuais índices de desemprego que chegam a, aproximadamente 13 milhões de pessoas. É facilmente detectável a continuação das políticas calcadas nos tradicionais subsídios e isenções do Estado para grandes empresas e conglomerados nacionais

e internacionais, a venda de ativos estatais e privatização intensificada, os juros estratosféricos que sustentam o endividamento popular e o refluxo de grande parte do montante do orçamento público para o capital financeiro com o pagamento da dívida pública para bancos, fundos de pensão e investimentos com a participação de investidores nacionais e estrangeiros.

Ainda em que esteja transição o controle das frações burguesas sobre o Estado, o que se apresenta ao horizonte da classe do trabalho são enormes retrocessos que podem colocar a reprodução da miséria em níveis anteriores àqueles tímidos avanços apresentados desde o processo de redemocratização. Portanto, a Administração Política deve, antes de tudo, voltar seus estudos à composição histórica de nossa realidade nacional sob o signo da modernização excludente, com vistas a reforçar seu entendimento do surgimento da industrialização brasileira, seus relacionamentos entre as classes sociais na passagem da dominância agrária para a urbano-industrial e suas efetivas consequências para a realidade brasileira atual. Isso se faz necessário na exata medida em que as histórias das formações sociais nacionais não são imediatamente identificáveis ou comparáveis como se orientam suas pesquisas na área, a não ser pela aparência de seus fenômenos mais superficiais, mas não de suas raízes constitutivas e de seu comportamento social de produção em particular. Aqui, a contribuição ao pensamento administrativo nacional se funda na intersecção da teoria social



brasileira de cunho histórico e marxiano, em sua discussão sobre a materialidade histórica na composição de suas relações sociais de produção e suas determinações no controle do aparato estatal para consecução dos interesses econômicos dominantes sob o modo de produção capitalista.

A Administração Política deve buscar entender *as relações históricas de nossas classes sociais e suas relações de domínio do Estado sob a ótica da relação capital versus trabalho na luta de classes*. Entender o processo atrofico de sua industrialização subordinada ao imperialismo, marca de suas desigualdades regionais nacionais tão acentuadas e dos enormes índices de excludência social em sua etapa de modernização. Em suma: “a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. *O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (Marx & Engels, 2007, p. 42, *itálicos do autor*). É do ponto de nossa particularidade dentro da totalidade do processo de produção capitalista que deve partir a análise materialista da Administração Política e, a partir de então, entender os complexos relacionamentos históricos e sociais entre a posse dos meios de produção e suas influências na esfera estatal e nas decisões econômicas de um país durante a história de sua composição e seus relacionamentos externos. Esta é a base inicial para a delimitação efetiva da realidade brasileira, e a que

permite avançar de maneira objetiva a questão que ainda está em aberto, sobre a leitura da realidade nacional no processo atual de crise.

## REFERÊNCIAS

Assunção, V. N. F. & Sartório, L. A. V. (2008). A crítica chasiniana à analítica paulista. *Verinotio*, V(9), 135-153.

Cardoso, F. H. & Fausto, B. et al. (2006) (Orgs.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Chasin, J. (2009). *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo.

Chasin, J. (1989). A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, 17/18, s.p.

Chasin, J. (1986). A miséria da república dos cruzados. *Ensaio*, 15/16, s.p.

Chasin, J. (1985). A esquerda e a Nova República. *Ensaio*, 14, s.p.

Chasin, J. (1980). As máquinas param: germina a democracia! *Revista Escrita/Ensaio*, 7, s.p.



Chasin, J. (1978). *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas.

Chasin, J. (s/d). *A politização da totalidade: oposição e discurso econômico*. Recuperado em s/d de: <https://pt.scribd.com/document/327140245/A-Miseria-Brasileira-1964-1994-do-golpe-militar-a-crise-social-Jose-Chasin-pdf>.

Costa, L. C. (2000). O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. *Pesquisa & Debate*, 11(1), 49-79.

Deo, A. (2011). Social democracia e colonial-bonapartismo no Brasil: apontamentos sobre a autocracia burguesa no período 1995-2006. *Lutas Sociais*, 25/26, 44-57.

Ferreira, C., Osório, J., & Luce, M. (2012). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo.

Frank, A. G. (1969). *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York;London: Monthly Review Press.

Lenin, V. I. U. (1963). The agrarian programme of russian social-democracy (pp. 105-148). *Colected Works* (v. 6). Moscow: Progress Publishers.

Lukács, G. (1959). *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México: Fondo de Cultura Económica.

Marx, K. (2013). *O Capital*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2012). *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2011). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. (1992). *The Capital: a critique of political economy* (v. II). London: Penguin.

Marx, K. (1991). *The Capital: a critique of political economy* (v. II). London: Penguin.

Marx, K., & Engels, F. (2007). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.

Marini, R. M. (2012). Crítica à 'A revolução brasileira' de Caio Prado Jr. In: J. P. Stedile. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular.



Marini, R. M. (2008a). Dialéctica de la dependencia (pp. 107-150). In: C. E. Martins (Org.) *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO.

Marini, R. M. (2008b). En torno a dialéctica de la dependencia (postscriptum) (pp. 151-164). In: C. E. Martins (Org.) *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO.

Marini, R. M. (2008c). Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (pp. 165-234). In: C. E. Martins (Org.) *América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO.

Marini, R. M. (1971). *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno.

Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Prado Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Prado Jr., C. (2007a). *Evolução política do Brasil: colônia e império*. Brasília: Brasiliense.

Prado Jr., C. (2007b). Os fundamentos econômicos da revolução brasileira (pp. 131-142). In: R. Santos (Org.). *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense/Fundação Astrojildo Pereira.

Prado Jr., C. (2000). A revolução brasileira. In: C. Prado Jr. & F. Fernandes. *Clássicos sobre a revolução brasileira* (pp. 25-54). São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Prado Jr., C. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Rago Filho, A. (2010). A teoria da via colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. *Verinotio*, V(11), 71-86.

Silva, E. S. (1996). *A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. Tese de doutorado, Universidade estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Silva, S. M. & Alves, A. J. L. J. (2008). Chasin e a tese da 'Via Conial'. *Verinotio*, V(9), 173-185.

Traspadini, R. & Stedile, J. P. (2005). (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.





## A superexploração da força de trabalho no Brasil: contribuições para a Administração Política no entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro

### Resumo

A superexploração da força de trabalho é uma das categorias centrais para o entendimento da relação entre capital e trabalho no Brasil. Enquanto modo de reprodução da classe trabalhadora, a superexploração da força de trabalho foi identificada por dois autores com importantes contribuições para o entendimento de nossa realidade nacional. O modo de reprodução da superexploração se deu através dos relacionamentos históricos entre os interesses econômicos próprios da burguesia brasileira subalterna, retardatária, de industrialização atrofiada e suas correlações com o capital externo. A remuneração salarial da classe trabalhadora foi motivo de disputa por setores da burguesia, interpretada como um dos principais fatores nacionais das dificuldades para o desenvolvimento industrial. O artigo chama atenção para a particularidade de tal categoria no modo de funcionamento do capital na realidade brasileira. Categoria determinante para o entendimento dos dilemas nacionais do passado e do presente, o texto visa apresentar a problematização da superexploração da força de trabalho, o tratamento dado por José Chasin em sua tese da Via Colonial e de Ruy Mauro Marini e quais as formas mais gerais da questão atualmente no Brasil de modo contribuir ao entendimento histórico da particularidade do capitalismo brasileiro para a Administração Política.

### Palavras-chave

Administração Política. Capitalismo. Superexploração. Via Colonial.



## The overexploitation of the labor force in Brazil: contributions to the Political Management for the understanding of the particularity in Brazilian capitalism

### Abstract

The overexploitation of the workforce is one of the key categories to the understanding of the relationship between capital and labor in Brazil. While a mode of the working class reproduction, the overexploitation of the workforce was identified by two authors with important contributions to the understanding of our national reality. The mode of reproduction of the overexploitation occurred through the historical relationships between the economic interests of the subaltern national bourgeoisie, lagged and of atrophied industrialization and their correlations with the foreign capital. The rate of pay of the working class was cause for dispute over sectors of the bourgeoisie, interpreted as one of the main factors of national industrial development difficulties. This paper calls attention to the particularity of such category in the mode of functioning of the capital in the Brazilian reality. A determinant category for the understanding of national dilemmas of the past and the present, this text aims to present the problematization of the overexploitation of the workforce, the treatment given by José Chasin in your thesis of Colonial Path and by Ruy Mauro Marini and which was the general forms of this issue in Brazil as to contribute to the historical understanding of the particularity of Brazilian capitalism for the Political Management.

### Keywords

Political Management. Capitalism. Overexploitation. Colonial Path.



## La superexplotación de la fuerza de trabajo en Brasil: contribuciones a la Administración Política en la comprensión de la particularidad del capitalismo brasileño

### Resumen

La superexplotación de la fuerza de trabajo es una de las categorías fundamentales para la comprensión de la relación entre el capital y el trabajo en Brasil. Mientras que sea el modo de reproducción de clase obrera, la superexplotación de la fuerza de trabajo fue identificada por dos autores con importantes contribuciones a la comprensión de nuestra realidad nacional. El modo de reproducción de superexplotación de la fuerza de trabajo se produjo a través de las relaciones históricas entre los intereses económicos de la burguesía brasileña subordinada, retardada, de industrialización atrofiada y sus correlaciones con el capital extranjero. La tasa de remuneración de la clase obrera fue causa de disputa sobre sectores de la burguesía, visto como una dificultad de los principales factores para el desarrollo industrial nacional. El artículo llama la atención sobre la particularidad de tal situación en la forma de operación del capital en la realidad brasileña. Categoría para la comprensión de los dilemas nacionales del pasado y del presente, el texto tiene como objetivo presentar la problematización de la superexplotación de la fuerza de trabajo, el tratamiento dado por José Chasin en su tesis de la Via Colonial, de Ruy Mauro Marini, y cuáles son las formas generales de la cuestión actualmente en Brasil para contribuir a la comprensión de la historia da particularidad del capitalismo brasileño para la Administración Política.

### Palabras clave

Administración Política. Capitalismo. Superexplotación. Via Colonial



## Autoria

### Henrique Almeida de Queiroz

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://lattes.cnpq.br/0813484614009998>. <https://orcid.org/0000-0003-0287-8688>. E-mail: [henriqueiroz84@gmail.com](mailto:henriqueiroz84@gmail.com).

### Endereço para correspondência

Henrique Almeida de Queiroz. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração, Campus Governador Valadares. Avenida Doutor Raimundo Monteiro Rezende, Centro, Governador Valadares, MG, Brasil. CEP: 35010-177. Telefone: (+55 33) 33400430.

### Como citar esta contribuição

Queiroz, H. A. (2017). A superexploração da força de trabalho no Brasil: contribuições para a administração política no entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 760-822.

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA NO ENTENDIMENTO DA PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO

*Contribuição Submetida em 19 mar. 2017. Aprovada em 1 maio 2017. Publicada online em 20 out. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editorxs Especiais: Elinaldo Leal Santos, Elizabeth Matos Ribeiro, Fábio Guedes Gomes e Reginaldo Souza Santos.*



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 10 | AGOSTO | 2017 | ISSN: 2358-6311